

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA

JOÃO MARCOS BOTON CONSENTINO

**CONHECENDO A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE FORMAÇÃO DO GRUPO DE
PRODUTORES ORGÂNICOS CERTIFICADOS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO-RS**

Jaguari, RS

2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

JOÃO MARCOS BOTON CONSENTINO

**CONHECENDO A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE FORMAÇÃO DO GRUPO DE
PRODUTORES ORGÂNICOS CERTIFICADOS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Especialização
em Educação do Campo e Agroecologia
do Instituto Federal Farroupilha *Campus*
Jaguari – RS como requisito para obtenção
do título de Especialista em Educação do
Campo e Agroecologia.

ORIENTADOR: PROFESSOR Dr. MAURÍCIO GUERRA BANDINELLI

Jaguari, RS

2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

O orientador, Prof. Maurício Guerra Bandinelli e o pós-graduando João Marcos Boton Consentino, abaixo assinados, cientificam do teor do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia

**CONHECENDO A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE FORMAÇÃO DO GRUPO DE
PRODUTORES ORGÂNICOS CERTIFICADOS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO-RS**

Elaborado por

João Marcos Boton Consentino

como requisito para a obtenção do título de
Especialista em Educação do Campo e Agroecologia

Maurício Guerra Bandinelli

João Marcos Boton Consentino

Jaguari
2022

Conhecendo a trajetória histórica de formação do grupo de produtores orgânicos certificados do município de Santiago-RS

João Marcos Boton Consentino¹

Maurício Guerra Bandinelli²

Resumo

O objetivo deste trabalho consistiu em conhecer o processo de formação e a trajetória histórica do grupo de produtores orgânicos certificados do município de Santiago-RS (Associação de Produtores Orgânicos de Santiago - APOS) e compreender as etapas para conquistar a certificação de produção orgânica, como forma ampliar o acesso à informação de pessoas que tenham interesse em se agregar a APOS. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa qualitativa junto a documentos e com os integrantes dessa associação, onde se buscou levantar informações sobre como ocorreu o processo de formação do grupo, quais os principais desafios enfrentados e qual o procedimento legal até chegar à certificação dos produtos como orgânicos. Diante dessa abordagem, são apresentadas as informações coletadas, as visam servir de suporte técnico/informativo para outras pessoas que desejarem futuramente ingressar nessa associação. Assim como para auxiliar na desmistificação da ideia, que grande parte da sociedade tem, de que a produção orgânica com viés agroecológico não é possível de ser realizada dentro do nosso contexto produtivo.

Palavras-chave: Segurança alimentar, certificação orgânica, agroecologia.

¹ Acadêmico do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* Jaguari. E-mail: joao.consentino@ifarroupilha.edu.br

² Professor Orientador da área de ciências agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* Jaguari. E-mail: mauricio.bandinelli@ifarroupilha.edu.br

1 Introdução

O modelo de produção agrícola que se constituiu no Brasil a partir das décadas de 60 e 70, trouxe consigo um pacote de técnicas para, na visão da época, melhorar os meios produtivos e aumentar a produtividade nas propriedades rurais. Dentro desse pacote tecnológico estava incluso o intenso uso de agrotóxicos e o constante aumento da mecanização nas lavouras, diminuindo assim o número de pessoas envolvidas no processo. A este processo foi atribuído o nome de Revolução Verde, que nas palavras de Santili (2009, p.25) caracteriza-se pelos seguintes aspectos relacionados ao âmbito da produção agrícola:

A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas) (...) Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente. (SANTILI, 2009 p.25)

No entanto, o que não foi levado em consideração foram os danos que essa revolução acarretaria. Seja para o meio ambiente e recursos naturais, como também para a sociedade rural, uma vez que esse modelo estava fortemente atrelado à concepção capitalista de mercado e concentração de renda. O que se observou no campo a partir desse momento foi uma crescente desigualdade social, sendo que poucos indivíduos acabaram como detentores de grandes propriedades e a maioria dos camponeses se viram marginalizados ao processo produtivo, acabando por deixar o campo em busca de oportunidades nos grandes centros urbanos, no processo conhecido como êxodo rural.

Contudo esse modelo de produção, que ficou conhecido como agricultura industrial, desde a sua implementação em larga escala, vem sofrendo críticas de grupos contrários às práticas adotadas pelos agricultores/as que o praticam. Ao longo do tempo se observou várias correntes de pensamento alternativos, como a Agricultura Orgânica, Agricultura Alternativa, Agricultura Biológica e também a Agroecologia. Este último vem ganhando força como sendo um conceito que abrange

melhor todos esses pontos de vista e também inclui a questão social da pessoa do campo. Entre algumas definições para o termo Agroecologia, podemos destacar a definição trazida por BOAVENTURA, et al. (2018), onde fala que agroecologia faz parte do desenvolvimento e produção rural, porém visa diminuir ao máximo os impactos da ação antrópica sobre os recursos naturais, além de levar em conta a valorização dos conhecimentos tradicionais bem como a pessoa do campo.

No sentido de criar movimentos alternativos ao modelo convencional de produção e pensando na busca de uma aproximação respeitosa com o meio ambiente e os recursos disponíveis para a produção, alguns produtores(as), ao longo do país, se organizaram em grupos ou núcleos para ganhar força e enfrentar o agronegócio, mesmo que de maneira ainda muito desigual. Sendo que à medida que ampliaram as discussões e mais pessoas se engajaram à temática, foram se estabelecendo regras e normativas de como se produzir nesse novo sistema. Hoje ao menos no modelo de produção orgânica, já se tem bem definido as técnicas de manejo e legislação específica a ser seguida. Exemplo disto são os regramentos trazidos pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), decreto 6323, de 27 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007) e Instrução Normativa nº 54, de 22 de outubro de 2008 (BRASIL, 2008), que dispõem sobre a estrutura, composição e atribuições das comissões da produção orgânica, entre outras que regem a produção de orgânicos no Brasil.

Nesse contexto, por mais que atualmente exista um maior número de pessoas e grupos engajados com a temática de agricultura sustentável, bem como legislação que ampara essas formas mais ecológicas de produção, ainda existe muito desconhecimento, falta de informação e distorção sobre o que realmente é e como funciona a produção orgânica. Sendo que muitos indivíduos, além de desconhecerem esses processos, são preconceituosos em relação ao tema, visto que estão limitados a pensar de acordo com o que o agronegócio lhes impõe. É importante destacar que a produção orgânica não é, necessariamente uma produção agroecológica, porém a produção agroecológica é obrigatoriamente orgânica. Essa diferença ocorre porque a agroecologia refere-se a um termo mais amplo, que leva em consideração vários aspectos além da produção propriamente dita.

Para contribuir com o esclarecimento a essa falta de entendimento, que a maioria dos produtores(as) e sociedade em geral possui sobre o tema, é que se propôs essa pesquisa, dando enfoque aos processos legais que devem ser atendidos para aqueles que queiram entrar no ramo da produção orgânica e obter certificação. Contudo, de forma mais ampla, o problema que este estudo visa ajudar a solucionar é como mudar conceitos de produção já fortemente estabelecidos em uma sociedade voltada ao agronegócio!?

Nessa perspectiva de debate e oposição à agricultura convencional é que, cada vez mais a temática sustentabilidade nos meios de produção deva ser discutida e difundida ao maior número de pessoas possível, visto que estamos passando por um período de inúmeras mudanças, tanto no contexto ambiental, quanto nas questões sociais que os indivíduos estão inseridos enquanto cidadãos, pois aspectos como o intenso fluxo de informações e atividades do mundo capitalista e interesses de alguns poucos, estão afastando o senso crítico das pessoas para opinar e discernir entre coisas de interesse comum. Com o enfoque no contexto da produção agrícola de caráter industrial e no seu alto impacto negativo sobre os recursos naturais devido à grande carga de agentes químicos que a atividade utiliza em seu modo convencional é que algumas pessoas buscam a produção de maneira equilibrada, respeitando a natureza e a saúde dos consumidores.

Nesse modelo de produção, seja agroecológico ou só mesmo o orgânico, já existem diversas técnicas de manejo relacionadas aos cultivos e a produção em si e quanto a legislação vigente que normatiza essas atividades. Deste modo, essa pesquisa trabalhou no sentido de ampliar a divulgação de manejos técnicos e apontar o caminho legal que deve ser seguido para fazer parte de um grupo de produtores orgânicos certificados, tendo como justificativa a escassez de material técnico/formal nessa área, além de servir como um compilado de dados para ser utilizado e divulgado à sociedade, tendo como principais objetivos conhecer o processo de formação legal e a trajetória histórica do grupo de produtores orgânicos certificados do município de Santiago-RS (APOS), além de compreender os processos legais para chegar até a certificação e poder facilitar a divulgação a mais pessoas interessadas na temática.

A APOS teve início entre os anos de 2012 a 2013 devido ao engajamento e união de algumas pessoas que se propuseram a produzir de maneira orgânica, mesmo ainda antes de possuir certificação. Esses(as) agricultores(as), que já vinham comercializando seus produtos na feira do município de Santiago, apoiados pelo

escritório da EMATER/Ascar, RS e a secretária de agricultura da cidade se empenharam para viabilizar que suas propriedades conseguissem certificação orgânica juntamente com a REDE Ecovida de Agroecologia.

Aliado à importância de ampliar a divulgação e sensibilização sobre a produção orgânica, está o interesse em particular do autor da pesquisa, que vê nesse modelo produtivo a única alternativa que pode proporcionar segurança alimentar à população e também respeito aos recursos naturais, promovendo assim uma gradativa desvinculação da hegemonia do agronegócio. E que no percurso formativo do curso de especialização em Educação do Campo e Agroecologia agregou conhecimentos que contribuíram para ampliar a capacidade de articulação em prol de sistemas produtivos de base ecológica.

Assim, o objetivo deste trabalho consistiu em conhecer o processo de formação e a trajetória histórica do grupo de produtores orgânicos certificados do município de Santiago-RS (Associação de Produtores Orgânicos de Santiago - APOS) e compreender as etapas para conquistar a certificação de produção orgânica, como forma ampliar o acesso à informação de pessoas que tenham interesse e se agregar a APOS.

2 Revisão teórica

Conforme apresentado por Dutra; Souza (2017) o modelo de agricultura que está fortemente consolidado no Brasil e no mundo tem origens entre as décadas de 60 e 70, com a chamada revolução verde, que foi um movimento com um slogan de “produzir mais alimentos para matar a fome de uma crescente população mundial”. Porém, ao contrário de resolver o problema da fome, esse movimento ampliou as desigualdades sociais no campo, sem falar no enorme impacto ambiental negativo que trouxe consigo.

Também descrito por esses autores, a revolução verde, na prática nada mais foi que a implantação de um pacote tecnológico, sendo preconizado o alto uso de agrotóxicos, adubos químicos e a intensa mecanização nos processos agrícolas. O uso indiscriminado dessas técnicas aliado a intensa exploração dos recursos naturais, logo trouxe problemas ambientais e modificações permanentes na estrutura produtiva agrícola e social do meio rural, visto que esse sistema segue inteiramente o modo capitalista de geração e acumulação de renda.

Atualmente o Brasil está entre os países que mais investem no uso de agrotóxicos no mundo (FIOCRUZ, 2019), sendo que à medida que as áreas cultivadas aumentam, também se aumenta proporcionalmente a utilização destes. Desde 1962, principalmente a partir do lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, o mundo já começou a ter uma base científica a respeito dos riscos aliados à utilização desses produtos (LYTLE, 2007 apud CARVALHO, et al., 2017). A preocupação da bióloga advinha de suas observações e também de análises a respeito de outros autores que haviam feito publicações sobre a utilização de pesticidas, principalmente os inseticidas, para o controle de determinados insetos, mas que acabavam exterminando várias outras espécies, afetando assim a biodiversidade dos ecossistemas. As análises e a publicação do livro ocorreram nos Estados Unidos, porém a dinâmica da utilização desses produtos é similar em qualquer país (CARVALHO; et al., 2017).

Outro ponto negativo já constatado por inúmeros autores são os danos à saúde das pessoas que manejam os agrotóxicos, principalmente no preparo das caldas para realizar as aplicações, uma vez que a utilização desses pesticidas ainda ocorre, na maioria das vezes, de maneira inadequada, sem a utilização de equipamentos de proteção básicos, e o pior, com uma enorme ignorância sobre os riscos que estes agentes trazem consigo para à saúde (CARVALHO, et al., 2017).

Entre as doenças e os efeitos diretos causados à saúde se destacam as intoxicações agudas e crônicas, além da facilitação ao desenvolvimento de doenças graves como câncer e problemas hepáticos. Também são imensuráveis os efeitos indiretos causados devido a contaminação de recursos hídricos, solo e ar, o que posteriormente vem causar danos para aqueles seres vivos que tenham contato com esses recursos poluídos (MATTEI; MICHELLON, 2021).

Em contraponto a esse modelo produtivo ainda dominante na atualidade, algumas pessoas buscam alternativas para produzir de maneira mais equilibrada, com respeito ao meio ambiente e preconizando pela saúde do consumidor e dos próprios envolvidos nesse processo. Dentre essas técnicas se encontra a produção orgânica com viés agroecológico, que é o modelo que tenta quebrar a hegemonia do agronegócio e mostrar caminhos à sustentabilidade.

A Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM) traz como definição que agricultura orgânica não é apenas uma forma de gerir o solo, as plantas e os animais, mas também se refere a um paradigma histórico criado para

sustentar a vida na terra e baseado nos desafios da agricultura industrializada (MATTEI; MICHELLON, 2021). Também conforme a LEI N° 10.831 de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), agricultura orgânica é definida pelo seguinte conceito:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003).

Na agricultura orgânica a propriedade rural é vista como um agroecossistema, que se define como um sistema agrícola baseado na biodiversidade do local e depende das interações e dos ciclos biológicos das espécies vegetais e animais e também da atividade biológica do solo, além de preconizar pela mínima utilização de insumos de fora da propriedade. Assim, o sucesso e a sustentabilidade desses sistemas dependem da integração de todos os recursos internos da propriedade, buscando-se sempre pelo equilíbrio dos recursos naturais e todas as espécies ali presentes, inclusive as próprias pessoas (RESENDE; VIDAL, 2008).

Atualmente, uma das formas de luta contra o processo hegemônico da agricultura convencional está na adoção dessas práticas alternativas de produção, como exemplo o cultivo orgânico/agroecológico. Porém quem se dedica a essas formas de produção necessita se organizar em associações ou cooperativas de produtores/as, para assim ter mais facilidade de conseguir a certificação da produção e ter forças para se manter no negócio.

Hoje no Brasil há duas formas de conseguir certificação para produção orgânica. Por auditoria, onde uma empresa devidamente autorizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) concede a certificação. Ou pela forma participativa que é o processo mais comum e com menos ônus financeiro aos produtores/as. Neste último, a certificação ocorre através do Sistema Participativo de Garantia, que corresponde a uma certificadora composta por técnicos, agricultores/as e demais pessoas interessadas na temática. Cada certificadora deve contar com um Organismo Participativo de Conformidade, (OPAC), sendo que este órgão deve possuir CNPJ e inscrição no (MAPA), pois é o responsável legal da certificadora.

No sistema participativo, é o OPAC que concede a certificação orgânica aos produtores/as, sendo que um novo produtor/a, para receber a certificação, deve primeiramente já estar fazendo parte de uma associação e ter passado pelo processo de transição à agroecologia, também cabe ao órgão a função de sugerir ações corretivas ou preventivas para as associações, bem como impor sanções, caso necessário. Em cada associação, todos os integrantes se policiam e se ajudam mutuamente, realizando vistorias periódicas uns nas propriedades dos outros, para assim manter a conformidade da produção orgânica. (Emater-RS/Ascar, 2022 - Comunicação pessoal).

Um exemplo de entidade pioneira na certificação participativa é a Rede Ecovida de Agroecologia. A Rede Ecovida teve início a partir de iniciativas de Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações de agricultores constituídas na região Sul do Brasil. Sua formalização oficial como entidade data de 1998. Atualmente é composta por 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios com, em torno de 340 grupos de agricultores, o que envolve aproximadamente 4500 famílias além de 20 ONGs. Em toda a área de atuação da rede acontecem regularmente mais de 120 feiras livres agroecológicas, além de outras formas de comercialização (REDE ECOVIDA, 2022).

A Rede tem um funcionamento horizontal e descentralizado, estando baseado na organização das famílias em grupos informais, associações ou cooperativas. Essas associações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições, formando um Núcleo Regional, sendo que este abrange uma determinada área geográfica, a soma dos Núcleos, (nos estados do RS, SC e PR) compõe a Rede Ecovida de Agroecologia. Sua coordenação é composta por representantes dos três estados que além de função animadora, também possui uma função deliberativa na organização (REDE ECOVIDA, 2022). Na Figura 1 é possível verificar as Instâncias de credibilização dos produtos orgânicos, a qual é apresentada no site da Rede Ecovida de Agroecologia.

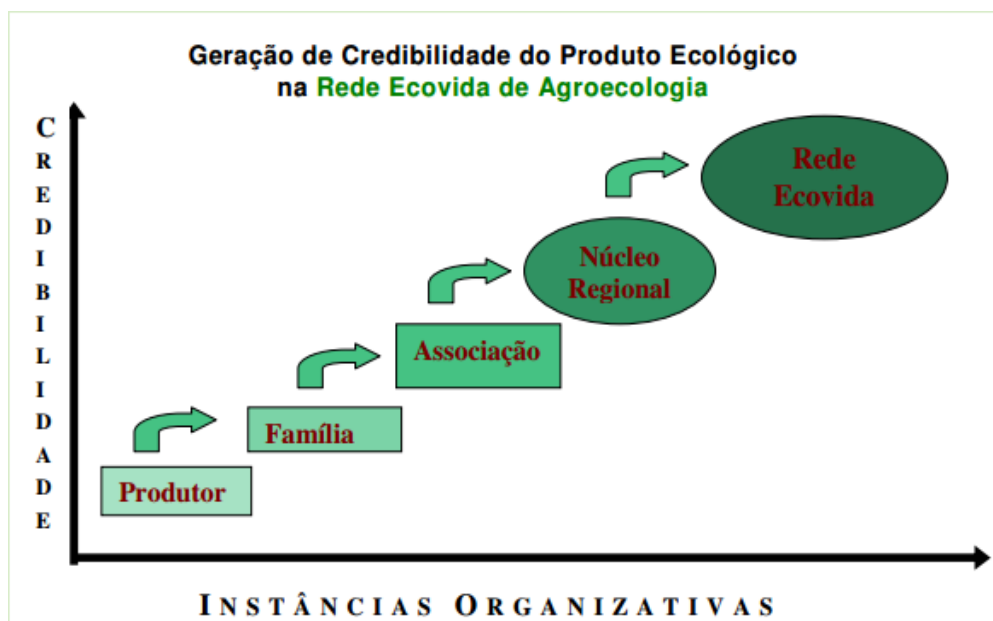


Figura 1. Instâncias de credibilização dos produtos orgânicos. Fonte: <http://ecovida.org.br/sobre>

Como mostrado na ilustração acima, a credibilização da produção orgânica dentro da Rede Ecovida se dá de maneira gradual, partindo do interesse do produtor ou produtora e seus familiares em produzir de maneira orgânica e ingressar em uma associação certificada, esta que fará parte de um núcleo regional, o qual é responsável por coordenar diversas associações de mesmo caráter, sendo que a união de todos os núcleos compõe a Rede Ecovida de Agroecologia.

Conforme informações extraídas do site da Rede Ecovida, cada uma dessas esferas organiza diferentes eventos para deliberações e tomadas de decisões, sendo eles: reuniões dos grupos, plenárias de núcleos, plenárias estaduais, plenária geral e Encontro Ampliado (espaço maior de encontro dos membros da Rede e que se realiza a cada 2 anos).

3. Metodologia

O trabalho foi desenvolvido no ano de 2022, tendo como foco a Associação de Produtores Orgânicos de Santiago (APOS). A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, onde, através da aplicação de questionário estruturado, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e complementação de informações com entrevistas *in loco*, pode-se conhecer o

processo de formação e a trajetória histórica do grupo de produtores orgânicos certificados do município de Santiago-RS. Todo o processo teve o auxílio do escritório da Emater-RS/Ascar de Santiago-RS. Pois foi através desse órgão que se conseguiu o contato com os sócios, bem como a permissão para acesso às ATAS de reuniões do grupo.

A população da pesquisa foi composta por cinco agricultores(as) que compõem a APOS, mediante contato prévio via ligações telefônica e/ou mensagens de texto, seguindo de aceitação de participação, através da assinatura do termo de concordância em participar da pesquisa.

O questionário aplicado foi organizado via plataforma do *Google Forms* (ANEXO I), sendo este estruturado com questões preestabelecidas sobre as atividades principais que são desenvolvidas nas propriedades, desafios e dificuldades para o ingresso ou formação da associação e obtenção da certificação, bem como sobre o perfil social de cada agricultor(a).

A pesquisa também foi complementada com estudo documental, a partir das Atas do grupo que forma a APOS, por pesquisas bibliográficas e na documentação base da Rede Ecovida de Agroecologia. Houve um enriquecimento de detalhes à pesquisa após as conversas/entrevistas que foram realizadas junto aos agricultores/as em suas propriedades, estes relataram pontos importantes e momentos que marcaram a trajetória do grupo.

De posse dos dados e, a partir, das análises realizadas, foram identificados os aspectos relevantes para compor um esquema com tópicos visando orientar as pessoas com interesse em serem admitidas na APOS e tornarem-se agricultores orgânicos certificados. Nesse esquema é mostrado o passo a passo de como ocorre o processo de transição à produção orgânica e quais as principais adequações são necessárias nas propriedades.

Esse material, assim como todo o conteúdo dessa pesquisa, estará disponível no escritório da Emater-RS/Ascar de Santiago-RS e poderá servir de apoio técnico/informativo para ajudar no engajamento de novos agricultores/as junto à associação.

4 Resultados e discussão

De acordo com a pesquisa documental realizada, a APOS recebeu a certificação de produção orgânica no ano de 2015, conforme registros no seu livro de atas, porém os primeiros encontros de seus membros fundadores para discutir a possibilidade de formação da associação, datam ainda do ano de 2013. A concretização da associação só foi possível devido ao desejo e ao engajamento desses agricultores(as), que juntamente com o apoio técnico da EMATER/Ascar de Santiago viabilizaram a aceitação do grupo na Rede Ecovida de Agroecologia.

Inicialmente, nas reuniões do grupo, foram discutidas questões de caráter deliberativos da associação, como obrigações e responsabilidades de cada sócio, bem como foi realizada eleição para eleger o/a presidente e os demais cargos. Também se escolheu a sede provisória da associação e definiu-se um cronograma de encontros para os próximos meses. Esses encontros, desde o início, ocorrem uma vez em cada propriedade com intervalos de aproximadamente dois meses. Nesses momentos era realizada a troca de informações, experiências e principalmente realizada a fiscalização participativa, onde os demais membros da associação avaliavam a propriedade e todos os manejos daquele que os recebia. Vale ressaltar que é de extrema importância o comprometimento e honestidade de cada membro, pois esse sistema participativo de avaliação se sustenta na confiança entre os membros do grupo (APOS, 2015).

O ato formal do recebimento dos certificados de produtores/as orgânicos ocorreu no dia 11 de julho de 2015, além dos membros da APOS, o evento contou com a participação de autoridades, imprensa local, representantes da Rede Ecovida, além dos já fiéis clientes da feira. Nesse evento também foi realizado o pagamento do valor de R\$ 80,00 por membro da associação para a certificadora, valor que seguiu sendo pago anualmente (APOS, 2015).

Nos dias subsequentes, já de posse dos certificados, a associação promoveu visitas às propriedades dos seus membros, com o intuito de fomentar credibilidade ao grupo e também servir como *marketing*, para que os compradores pudessem verificar a procedência dos produtos orgânicos. Nesse período também foi colocado como interesse da APOS a divulgação e convite a mais produtores/as a ingressar na associação, desde que estes passassem primeiramente por um período de acompanhamento do grupo, participassem das reuniões e fizessem a formalização do pedido de interesse junto a Emater ou secretaria da agricultura do município (APOS, 2015).

Conforme observado no livro de atas da associação e também através de relatos dos membros fundadores que ainda estão ativos, ao passar dos anos ocorreram saídas de alguns sócios, sendo que alguns saíram por motivos pessoais e outros por problemas de manejo relativos à continuidade da produção de maneira orgânica, principalmente relativo a elevada mão-de-obra que a atividade necessita. Porém, também nesse período houve o ingresso de novos produtores e produtoras, sendo que atualmente a associação conta com sete sócios ativos e cinco propriedades certificadas, visto que há dois casais entre os associados, também há outros dois produtores em processo final de ingresso. Inicialmente o grupo era formado apenas por produtores/as do município de Santiago-RS, atualmente também possui integrantes de municípios vizinhos.

No que tange ao levantamento de dados por meio do questionário e diálogos realizados com os(as) agricultores(as), todos os integrantes do grupo responderam ao questionário via plataforma *on-line* (ANEXO I) e também à entrevista em suas propriedades, utilizando-se as questões do formulário. Conforme os resultados verificou-se que a faixa etária dos participantes está em torno de cinquenta anos de idade e que a maioria está na associação a mais de cinco anos. Apenas um deles ingressou nos últimos três a cinco anos. Para metade deles, a agricultura orgânica é a principal fonte de renda familiar. Quando indagados se já produziam de maneira orgânica antes do ingresso na associação cerca de 40% do grupo relatou que já produziam dessa forma, enquanto 60% produziam de maneira convencional.

Entre os fatores que mais pesaram na decisão para os agricultores/agricultoras em passar a produzir de maneira orgânica está a consciência agroecológica e os benefícios à saúde, tanto suas quanto dos consumidores, que o consumo desses alimentos traz à nossas vidas. A questão financeira, segundo eles, vem em segundo plano ou mesmo não é significativa para alguns produtores. Quanto às dificuldades que encontraram na formação da associação, as respostas foram bastante similares quando disseram que praticamente não encontraram empecilhos, pois no momento da formação do grupo, os sócios contaram com apoio muito atuante da Emater-RS/Ascar de Santiago-RS e da prefeitura do município, principalmente na pessoa do secretário da agricultura da época. Sendo que rapidamente conseguiram contato com membros da Rede Ecovida do Núcleo Missões, que agilizaram todo o processo burocrático e de transição à agroecologia.

Quanto aos membros que ingressaram posteriormente à formação, foi relatado que o único desafio foi o período de transição até conseguir a certificação, onde é necessário realizar algumas adequações no manejo de produção, sendo a principal, o isolamento de suas propriedades com barreiras físicas para impedir a deriva de agrotóxicos dos vizinhos e acompanhar por, no mínimo um ano os outros membros. Porém foi colocado que esse processo é de extrema importância e necessário para que tudo esteja em conformidade com o que o grupo e a Rede Ecovida estabelece para a produção orgânica certificada.

Quanto aos problemas enfrentados na produção orgânica, as respostas foram diversas. Porém, o fator que se destacou foi em relação às intempéries climáticas, principalmente que vem ocorrendo nos últimos anos. Também foi colocado como dificuldade o excesso de mão de obra que a atividade exige, visto que não é utilizado nenhum tipo de herbicida para o controle de plantas indesejadas, também em menor porcentagem foi relatado como problema, a falta de profissionais especializados em produção orgânica para dar assistência técnica, bem como a sazonalidade de produção de alguns produtos.

Também nesse contexto, foi questionado o que os membros veem como pontos limitantes ao desenvolvimento da produção orgânica na região. Sendo que o que se destacou foi, infelizmente, o uso indiscriminado de agrotóxicos pelos vizinhos, o que impacta diretamente aqueles e aquelas que se propõem a produzir de maneira orgânica. Outro ponto colocado pela maioria dos entrevistados é em relação a mudança da legislação no que se refere a obrigatoriedade do uso de sementes somente de procedência orgânica. A mudança da lei prevê que nos próximos cinco anos, 100% das sementes sejam adquiridas de empresas certificadas como produtoras de sementes orgânicas ou sejam sementes produzidas dentro da propriedade. Isso vai gerar um elevado custo para aquisição dessas sementes ou aumentará significativamente a mão de obra dentro da propriedade, em caso de produção própria. Infelizmente essa obrigatoriedade nos faz refletir o porquê de tal medida, será que não seria apenas uma forma monopolizar essa produção nas mãos de poucas grandes empresas? O conhecimento em relação à legislação e às práticas de manejo agroecológico também foram citados como pontos limitantes, porém com menor relevância.

Um aspecto apontado de forma unânime pelos entrevistados, é que para produzir agroecologicamente é necessário amar aquilo que se faz, como descrito por

uma das produtoras, “é preciso sentir e ser agroecológico”. Isso deve vir muito antes de qualquer outro aspecto no momento de se inserir nesse modelo de atividade. Foi frisado também que é de extrema importância que todos os sócios ajam com seriedade e cumpram à risca o que estabelece o estatuto da associação e a Rede Ecovida de Agroecologia, visto que se alguém violar as regras todos serão penalizados e não apenas aquele que as infringiu.

Assim, com base nos levantamentos realizados, tanto nas Atas da APOS, no escritório da Emater-RS/Ascar de Santiago-RS, bem como informações da própria Rede Ecovida de Certificação Orgânica. E, embasado nos pontos limitantes ao processo de agregação de novos parceiros e ampliação das áreas de produção orgânica no município, foi possível elaborar um esquema (Figura 2), com os passos básicos que novos produtores devem saber e observar, para ingressar na APOS, na busca da certificação orgânica participativa. Esse roteiro estará disponível no escritório da Emater-RS/Ascar e também será proposto aos membros da associação, que tiverem interesse, colocar em suas propriedades e/ou redes sociais para facilitar a divulgação a mais pessoas interessadas.

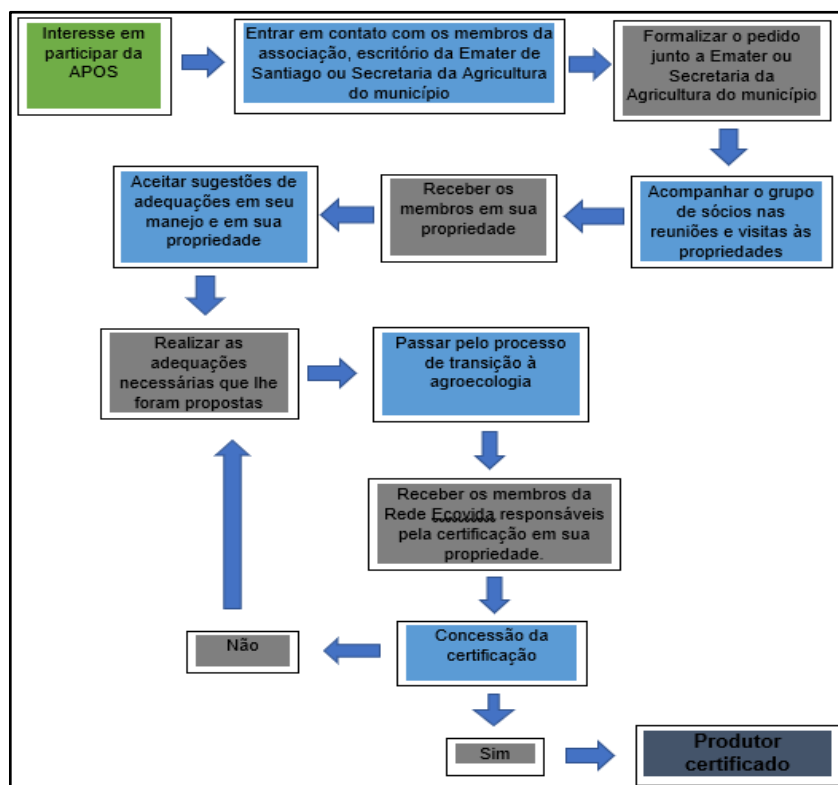


Figura 2. Esquema com os passos básicos para pessoas que tenham interesse em ingressar na APÓS. Fonte: elaboração do autor. Consentino, 2022.

Pode-se concluir que esse roteiro não é algo muito difícil de ser seguido por àquelas pessoas que estejam interessadas em produzir de maneira orgânica com certificação. Porém o principal ponto a ser observado é o real interesse dessa pessoa em mudar seus hábitos de produção e se adequar ao que a associação lhe propõe. Conforme relatado pelos membros que ingressaram posteriormente a formação da APOS, esse processo dura em torno de 1,5 a 2 anos. Deste modo, com este material espera-se contribuir com as futuras ações do Escritório da EMATER/Ascar de Santiago-RS, dando mais visibilidade ao processo de engajamento junto à associação de produtores orgânicos do município. Contribuindo para alavancar a produção orgânica e as discussões sobre o tema na região.

5 Considerações finais

Esse estudo teve enfoque no conhecimento da trajetória de formação da APÓS e, também, na geração de conteúdo informativo em relação a produção orgânica/agroecológica em nossa região, para assim auxiliar na divulgação e também expansão da agroecologia em nosso meio produtivo, pois é apenas com esse viés agroecológico que conseguiremos melhorar as formas de produção e a consciência das pessoas em relação ao modo como nos relacionarmos com o meio ambiente, com os outros seres vivos e com outros seres humanos. Essa mudança a que nos propusemos vai muito além de apenas produzir de maneira orgânica, mas também de criarmos um olhar holístico sobre as relações de mundo em que estamos inseridos, um olhar e agir que nos possibilita evoluir social e harmoniosamente com os demais seres do planeta.

É importante que existam mais estudos e pessoas interessadas sobre o tema, pois a geração de material científico também é uma forma de promover a expansão sobre determinado assunto, dessa forma inserir a temática da agroecologia no meio acadêmico, contribuirá com a proposta debatida nesta pesquisa.

Assim, com a realização desta ação, acredito que foi possível trazer uma pequena, porém valorosa, contribuição para a promoção da agricultura orgânica no município de Santiago-RS e região, que terá por objetivo auxiliar o engajamento de um maior número de pessoas neste âmbito de produção considerado mais sustentável, ecologicamente correto e socialmente justo.

Referências

APOS. **Livro de Atas da Associação de Produtores Orgânicos de Santiago-RS**. Santiago-RS. 2015.

BOAVENTURA, J. K; et al, **Agroecologia: Conceito, história e contemporaneidade**, V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG, 2018, Disponível em: file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Marcos/Downloads/12711-Texto%20do%20artigo-38381-1-10-20190328.pdf, Acesso em: 22/02/2023.

BRASIL, 2003. LEI N° 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm#:~:text=LEI%20No%2010.831%2C%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20agricultura%20org%C3%A2nica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acessado em: Out. 2022.

BRASIL, 2007. Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm Acessado em: Out. 2022.

BRASIL, 2008. Instrução Normativa n° 54, de 22 de outubro de 2008. Disponível em: http://www.cidasc.sc.gov.br/fiscalizacao/files/2012/08/IN_54_2008.pdf Acessado em: Out. 2022.

CARVALHO, X. M. M; NODARI, S. E; NODARI, O. R; **“Defensivos” ou “agrotóxicos”?** História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002; v.24, n.1, jan.-mar. 2017, p.75-91.

DUTRA, S. M. R; SOUZA, O. M. M, **Cerrado, Revolução Verde e Evolução do Consumo de Agrotóxicos**, Soc. & Nat., Uberlândia, 29 (3): 473-488, set/dez/2017.

FIOCRUZ, 2019. SAÚDE SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1002> Acessado em: Out. 2022.

MATTEI, T. F.; MICHELLON, E. (2021). **Panorama da agricultura orgânica e dos agrotóxicos no Brasil: uma análise a partir dos censos 2006 e 2017**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 59(4), e222254. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222254>

REDE ECOVIDA, ECOVIDA - REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/> Acessado em 10 de junho de 2022..

RESENDE, V. F.; VIDAL, C. M; **Organização da Propriedade no Sistema Orgânico de Produção**; Circular técnica 63; Embrapa Hortaliças; Brasília, DF, julho, 2008.

SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009.

ANEXO

ANEXO I: Formulário de pesquisa elaborado via *Google forms* e aplicado aos associados da APOS.

Formulário de pesquisa

Especialização em Educação do Campo e Agroecologia - IFFar Campus Jaguari

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia do IFFAR CAMPUS JAGUARI, intitulado "Conhecendo a trajetória histórica de formação do grupo de produtores orgânicos certificados do município de Santiago-RS".

Fica claro que você não é obrigado(a) a participar do projeto, mas suas contribuições são importantes para esse trabalho e poderão auxiliar outros produtores que por ventura possuam interesse em realizar práticas produtivas no contexto de produção orgânica certificada, vinculada a rede Ecovida de Agroecologia.

Os participantes, voluntários da pesquisa, não serão identificados sendo garantido o sigilo e anonimato de suas identidades. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas apenas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Destaca-se que o respectivo estudo não causará nenhum tipo de risco ou dano físico aos participantes.

No caso de recusa você não terá nenhum tipo de prejuízo. A qualquer momento da pesquisa você é livre para retirar-se da mesma caso não se sinta mais confortável em participar. Não haverá benefício financeiro pela sua participação e nenhum custo para você.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores: estudante de Pós graduação, João Marcos Boton Consentino e o professor orientador responsável Dr. Maurício Guerra Bandinelli.

Solicitamos a sua autorização para o uso das informações coletadas para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome.

Neste sentido, solicitamos o registro da sua concordância em participar da pesquisa.

Qualquer dúvida, pedimos que entre em contato através dos e-mails

mauricio.bandinelli@iffarroupilha.edu.br ou
joao.consentino@iffarroupilha.edu.br.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Att.

João Marcos Boton Consentino

Maurício Guerra Bandinelli

- Concordo com os termos e aceito participar da pesquisa
- Não aceito participar da pesquisa

Projeto de pesquisa do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia do IFFAR CAMPUS JAGUARI intitulado " Conhecendo a trajetória histórica de formação do grupo de produtores orgânicos certificados do município de Santiago-RS "

Idade *

Sua resposta _____

Escolaridade *

- 1º a 4º Série
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Completo
- Graduação Incompleta
- Graduação Completa
- Pós-graduação

Atividade profissional principal *

Sua resposta _____

Há quanto tempo está na associação? *

- 0 a 1 ano
- 1 a 2 anos
- 2 a 3 anos
- 3 a 5 anos
- mais de 5 anos

Você já produzia organicamente antes de ingressar na associação? *

- Sim
- Não

Você já era produtor/produtora de maneira convencional antes de ingressar na APOS? *

- Sim
- Não

O que levou você a produzir de maneira orgânica/agroecológica? *

- Consciência agroecológica
- Benefícios à saúde em produzir e consumir produtos sem agrotóxicos
- Financeira - Nicho de mercado
- Outro

Se você respondeu mais de um motivo na questão acima, qual aspecto foi mais relevante na sua decisão? Ou se respondeu "OUTRO", poderia descrever qual motivo é este?

Sua resposta

Qual (is) dificuldades você encontrou para ingressar na APOS? *

Sua resposta

Na produção orgânica qual/ quais problemas você considera mais relevantes? *

- Sazonalidade da produção
- Falta de compradores
- Intempéries climáticas
- Dificuldade no combate de pragas/doenças/plantas daninhas
- Excesso de mão-de-obra necessária na atividade
- Legislação que orienta a produção orgânica
- Outro

Na questão acima caso tenha respondido "OUTRO" você pode descrever que dificuldade é essa?

Sua resposta

Quais os fatores você considera limitantes ao desenvolvimento da produção orgânica na sua região? *

- Uso indiscriminado de Agrotóxicos
- Falta de Apoio dos órgãos públicos e de assistência técnica.
- Sementes adaptadas para a produção orgânica
- Conhecimento sobre legislação de orgânicos
- Conhecimento prático da produção orgânica

Quais os desafios você poderia descrever como mais limitantes para manter a certificação de produtor orgânico? *

Sua resposta

A partir da sua vivência e experiência como associado, que dicas você daria para uma pessoa que deseja se tornar um produtor certificado e ingressar na associação? *

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

O aceite do termo de consentimento é condição obrigatória para participar da pesquisa. Agradecemos a sua atenção!

[Voltar](#)

[Enviar](#)

[Limpar formulário](#)